



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL  
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER N° 001/2021

*Da Comissão de Cidadania e Segurança Pública, sobre o Projeto de Lei n° 063/2020, institui penalidade administrativa a quem elaborar e/ou divulgar informação falsa (FAKE NEWS) no âmbito no Município de Araucária. providências.*

Relator: **VAGNER CHEFER – PODEMOS**

## I – RELATÓRIO

*A Comissão de Cidadania e Segurança Pública, sobre o Projeto de Lei n° 063 de 2020, de iniciativa do Ben Hur Custódio de Oliveira que institui penalidade administrativa a quem elaborar e/ou divulgar informação falsa (FAKE NEWS), no Município de Araucária. providências.*

Justifica que essas informações falsas, incompletas e/ou distorcidas geram graves prejuízos à sociedade, que muitas das vezes tendem a denegrir a imagem de outrem, ou até mesmo alguma informação de relevante interesse público, como ocorre no caso de saúde pública, principalmente pelo momento atual de pandemia que enfrentamos.

## II – ANÁLISE

Compete a Comissão de *Cidadania e Segurança Pública*, matéria que diz a respeito à violação dos direitos humanos, matérias que se refiram ao exercício dos direitos inerentes à cidadania e segurança pública, conforme o inciso V, do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, conforme segue:

*“Art. 52° Compete*

*(...)*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**

## **DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

*V - à Comissão de Cidadania e Segurança Pública, matéria que diga respeito à violação dos direitos humanos, bem como à fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos, colaboração com órgãos governamentais e com entidades não governamentais que atuem na defesa dos direitos humanos, da mulher, da criança, do idoso, do deficiente físico e demais matérias que se refiram ao exercício dos direitos inerentes à cidadania e segurança pública.*

Tendo em vista o Art. 30º, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Em consideração o Art. 40º, § 1º, “a” da lei orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria dos vereadores, conforme consta abaixo,

*“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*a) do Vereador;”*

Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de *Cidadania e Segurança Pública*, examinar, favoráveis ao Projeto de Lei n.º 063/2020.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**

**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

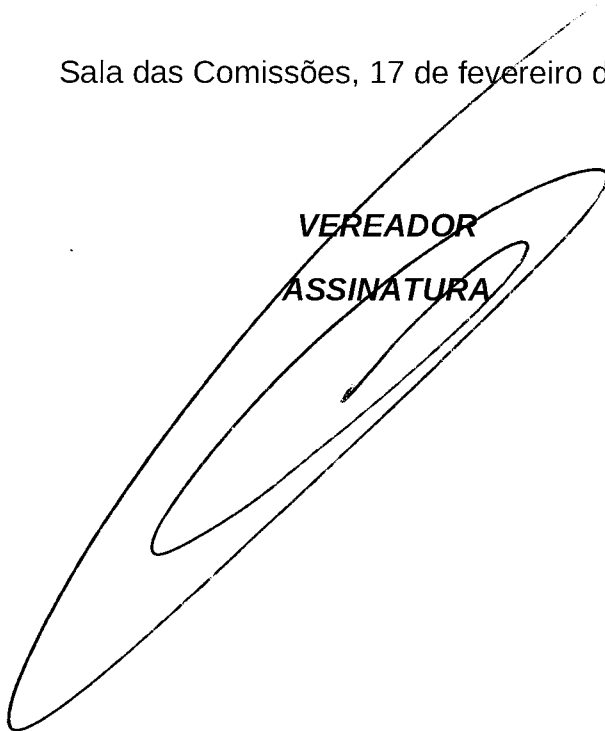
## **III – VOTO**

Diante das razões apresentadas acima, não foi encontrado impedimentos que limitem sua tramitação, sendo assim, no que cabe a Comissão de *Cidadania e Segurança Pública* analisar o projeto acima epigrafado, favoráveis ao trâmite.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2021.

**VEREADOR**  
**ASSINATURA**



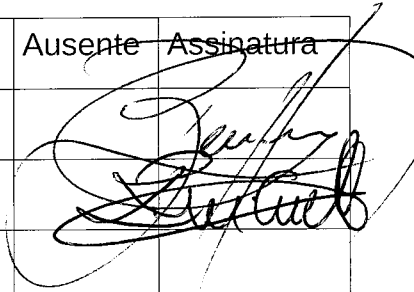


# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CCSP SOBRE O  
PROJETO 063 DE 2020

Membro	Favorável	Contrário	Ausente	Assinatura
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	X			
EDUARDO RODRIGO CASTILHO	X			